

## POLÍTICAS CULTURAIS ENTRE O POSSÍVEL E O IMPOSSÍVEL

Antonio Albino Canelas Rubim \*

Os estudos de políticas culturais no Brasil, além da dispersão em diferentes áreas disciplinares, com algum destaque para Sociologia, História e Comunicação, têm se caracterizado, em geral, pela análise empírica de experimentos efetivos de políticas culturais, desenvolvidas em espaços e tempos determinados. Em tais estudos predominam trabalhos acerca de momentos específicos acontecidos em dinâmicas nacionais e locais e sobre algumas temáticas específicas inscritas nas políticas culturais, como o financiamento da cultura <sup>1</sup>.

Pouca atenção tem sido destinada às questões mais teóricas e conceituais. Raros são os textos preocupados, por exemplo, com a teorização e a definição de políticas culturais. Na bibliografia nacional podem ser lembrados os textos de Teixeira Coelho e Alexandre Barbalho, que se voltam especialmente para a definição do conceito de políticas culturais <sup>2</sup>.

Diferente deles, o horizonte deste texto não é a construção de uma definição rigorosa de políticas culturais. Tal esforço, não resta dúvida, emerge como essencial para a constituição deste campo singular de estudos. Também não cabe no horizonte deste texto ir além da fundamental afirmação da singular área de estudos multidisciplinares intitulada políticas culturais, buscando reivindicar, como faz Teixeira Coelho, que ela seja considerada uma “ciência da organização das estruturas culturais” <sup>3</sup>. A pertinente afirmação deste campo singular de estudos não pode ser turvada e obscurecida pela problemática pretensão de uma nova ciência, em especial, formulada nestes termos.

---

<sup>1</sup> Uma ampla bibliografia dos estudos de políticas culturais no Brasil, organizada pelo autor deste texto, pode ser encontrada no site: [www.cult.ufba.br](http://www.cult.ufba.br).

<sup>2</sup> Ver: COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo, Iluminuras / Fapesp, 1997, em especial: “Um domínio para a política cultural” (p.9-16) e “Política cultural” (293-300) e BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (org.) *Organização e produção da cultura*. Salvador, EDUFBA, 2005, p.33-52.

<sup>3</sup> COELHO, Teixeira. Ob. cit. p.10.

Atento às preocupações teórico-conceituais, este texto, através de um itinerário alternativo, busca construir uma rigorosa delimitação do território de pertença das políticas culturais, que elucide os temas pertinentes a serem abarcados pela noção. Ao buscar delinear com precisão as suas possíveis zonas de abrangência, sem dúvida, indiretamente estará sendo construído um conceito consistente de políticas culturais. Antes disto, entretanto, necessário se faz traçar um panorama compreensivo da cultura na contemporaneidade que contextualize a amplitude do conceito contemporâneo de cultura.

### CONFORMAÇÕES DA CULTURA CONTEMPORÂNEA

Felizmente hoje já existe uma vasta bibliografia acerca do tema da cultura e mais precisamente da presença crescente deste campo, perpassando um significativo espectro das dimensões societárias. Nada mais atual que falar e reivindicar a transversalidade da cultura: consubstanciada em práticas, políticas e em estudos da sociedade contemporânea. A cultura adquire, dessa maneira, um lugar singular e relevante na atualidade. Cabe propor mesmo uma centralidade para a cultura. O informe final do projeto *Pensamento Renovado de Integração*, desenvolvido sob os auspícios do Convênio Andrés Bello, publicado em livro, tomou explicitamente com ponto de partida a seguinte premissa: “...el mundo en este siglo se contituirá no en torno a lo geopolítico, ni a lo geoeconómico, sino principalmente en torno a lo geocultural”<sup>4</sup>. A proliferação de estudos, políticas e práticas culturais que articulam cultura e identidade, cultura e desenvolvimento, cultura e uma diversidade de outros dispositivos sociais, apenas confirmam o espaço e o valor adquiridos pela cultura nos tempos contemporâneos.

Com a modernidade temos a autonomização (relativa, é claro) do campo cultural em relação a outros domínios societários, notadamente a religião e a política. Tal autonomização – que não deve ser confundida com isolamento, nem com desarticulação ou desconexão com o social – implica na constituição da cultura enquanto campo singular, o qual articula e inaugura: instituições, profissões, atores, práticas, teorias, linguagens, símbolos, ideários, valores, interesses, tensões e conflitos, como sempre assinalou Pierre Bourdieu em seus textos acerca da cultura. Um campo social é sempre um campo de forças, onde existem elementos de

---

<sup>4</sup> Ver: GARRETÓN, Manuel Antonio (org.) *El espacio cultural latinoamericano. Bases para una política cultural de integración*. Santiago, Fondo de Cultura Económica / Convênio Andrés Bello, 2003, p.7.

agregação e complementariedade, mas também de disputa e conflito: hegemônias e contra-hegemonias, enfim. A partir desse momento e movimento, a cultura passa a ser nomeada e percebida como esfera social determinada que pode ser estudada em sua singularidade.

Desde a modernidade até a contemporaneidade, podemos imaginar grandes eixos que perpassam o campo cultural e que, assim, configuram sua tessitura atual. Ainda na modernidade, simultânea a sua autonomização relativa, temos uma politização da cultura. Isto é, a cultura, em conjunto com outras esferas sociais, passa a ter significado para uma política que deixa de ser legitimada pela referência ao transcendente, em uma acentuada submissão ao registro religioso. O Estado-Nação moderno e seus governos têm uma legitimação secular e uma predisposição para uma atuação social laica. Com o declínio da religiosidade como eixo de legitimação da política, a cultura passa a ser uma fonte significativa desta legitimidade <sup>5</sup>. Tal dispositivo secular, inicialmente associado às elites e aos interesses dominantes, paulatinamente, através da luta de diferentes segmentos oprimidos, passa a ser conformado por expedientes democráticos, que implicam na construção de hegemonia e o colocam na cena política como condição vital para a direção da sociedade. Ou seja, o consenso toma o lugar de mera coerção, típica das anteriores situações autoritárias, vivenciadas durante os reinados absolutistas ou mesmo nos governos iniciais da burguesia, que excluía da vida política todos aqueles não pertencentes à elite, através de procedimentos como o voto censitário etc. Ao incorporar a lógica da construção e competição de hegemônias, a política necessariamente se articula com a cultura, posto que se trata da elaboração de direções intelectuais e morais, como diria Antonio Gramsci, e da disputa de visões de mundo, nas quais política e cultura sempre estão imbricadas.

Na passagem da modernidade para o mundo contemporâneo, outro dispositivo marca de modo relevante a esfera cultural. Comparece agora a mercantilização da cultura, intimamente associada ao desenvolvimento do capitalismo e da chamada “indústria cultural”. Tal processo indica, antes de tudo, o avanço do capitalismo sobre os bens simbólicos e, sem dúvida, é uma das premissas mais essenciais da noção de indústria cultural desenvolvida por Theodor Adorno e Max Horkheimer. Os bens simbólicos estavam preservados até aquele momento de serem produzidos através de uma dinâmica submetida ao capital. A emergência da lógica de produção

---

<sup>5</sup> Ver: RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da comunicação*. Lisboa, Presença, 1990.

da indústria cultural faz com que eles não sejam assumidos apenas com *também* mercadorias, porque capturados e transformados em mercadorias na esfera da circulação, mas que já sejam concebidos como mercadorias, desde o momento de sua produção, como afirma perspicazmente Adorno. Nesta perspectiva, o dado mais significativo da noção de indústria cultural, em sua feição adorniana, é exatamente a constatação que o capital agora avança não só sobre a circulação, mas também sobre a própria produção da cultura.

A mercantilização da cultura potencializa a tecnologização da cultura com a proliferação das mídias e, no seu rastro, das “indústrias culturais”. A subsunção da produção de bens materiais ao capital possibilita a “revolução industrial” entre 1780 e 1840. Tal tecnologia industrial passa a ser aplicada, por óbvio, com as adequações exigidas, à produção de bens simbólicos, em um processo de subsunção da cultura ao capital, como anotado anteriormente. A reprodução técnica de textos e depois imagens e sons cria novas formas culturais, que passam a conviver com os formatos pré-existentes da cultura. O famoso texto de Walter Benjamin, *A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica*, é uma notável reflexão sobre este processo <sup>6</sup>. A tecnologização de parte significativa da cultura também é captada pela expressão “indústrias culturais”. Neste último caso, o termo passa a ter um sentido radicalmente distinto da noção oriunda da Teoria Crítica, significando apenas “indústrias” que produzem cultura. Ou melhor, cultura produzida industrialmente e reproduzida em modalidade técnica em série, mesmo quando não submetida a uma lógica eminentemente mercantil.

A tecnologização da comunicação e da cultura, por fim, faz aparecer a intitulada cultura midiaticizada, componente vital da circunstância cultural, em especial dos séculos XIX, XX e XXI. Em anos mais recentes, a tecnologização da comunicação e da cultura possibilitou a explosão das redes informáticas e todo um conjunto de ciberculturas, associadas ao processo de glocalização das redes, que hoje passam a ambientar a sociabilidade.

Um outro dispositivo foi marcante para a compreensão da cultura na atualidade: a culturalização da política. Aos “tradicionais” temas da política moderna – tais como: Estado;

---

<sup>6</sup> BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro, Saga, 1969, p.207-238 (segunda versão do texto) e BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas – Volume 1*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p.165-196 (primeira versão do texto).

governos (executivo, legislativo e judiciário); monopólio da violência legal; direitos civis; liberalismo econômico etc. – a partir do século XX são agregadas novas demandas político-sociais, muitas delas de teor cultural. Ecologia; gênero; orientação sexual; modos de vida; estilos de sociabilidade; comportamentos; desigualdades societárias; diferenças étnicas, religiosas e nacionais; diversidade cultural; valores sociais distintos etc são temáticas incorporadas ao dia-a-dia da política, passam a compor os programas dos partidos políticos e a fazer parte das políticas governamentais, sendo, simultaneamente, reivindicados pelos movimentos sociais e pela sociedade civil. Enfim, são agendas introduzidas, de modo crescente e substantivo, no universo da política. Nesta perspectiva, o cenário da política contemporânea se amplia, ao incorporar, por demandas societárias, novos temas, muitos deles de forte impregnação cultural. Obviamente, a agregação de novos temas não se faz sem certo mal-estar no campo político, muitas vezes assustado e despreparado para esta nova realidade, acarretando tensões e conflitos.

Mais um expediente pode ser destacado no processo de consubstanciação da cultura contemporânea. Trata-se da culturalização da mercadoria, processo tão bem assinalado em estudos recentes acerca das chamadas “economias ou indústrias criativas”. Neste âmbito, cabe registrar o crescente papel de componentes simbólicos na determinação do valor das mercadorias, mesmo sob o formato de bens materiais. Os casos exemplares podem ser muitos. Hoje em um automóvel importa o design, a marca ou outros elementos simbólicos que dão distinção e prestígio ao produto e, por contágio, ao seu usuário-consumidor. Os aspectos estritamente físico-tecnológicos de sua capacidade maquinica de transportar pessoas encontra-se em um plano nitidamente secundário. Mais que a indústria têxtil importa a “indústria” da moda. As referências às regiões de certificação de determinadas mercadorias são essenciais hoje para o posicionamento distintivo destes produtos no mercado. Muitas marcas valem mais que todo o patrimônio territorial, infra-estrutural e tecnológico de certas empresas. Em suma, tais componentes simbólicos – portanto de denso conteúdo cultural – na atualidade também penetram os bens materiais e os investem de valor, constituindo seu diferencial de posicionamento no mercado. Com a culturalização da mercadoria, amplia-se mais uma vez e de modo intenso o lugar da cultura na atualidade. A cultura passa a ser efetivamente reconhecida com uma dimensão simbólica que dá sentido ao mundo e que impregna todo um universo de: produtos, comportamentos, estilos de vida etc.

A cultura contemporânea se vê constituída e perpassada, igualmente, por fluxos e estoques culturais de tipos diferenciados. De um lado, emerge um processo de globalização, conformando produtos culturais que, fabricados de acordo com padrões simbólicos desterritorializados, buscam se posicionar em um mercado mundial de imensas dimensões controlado por mega-conglomerados, oriundos de gigantescas fusões de empresas, que associam cultura, comunicação, entretenimento e lazer. De outro lado, reagindo a este processo de globalização, brotam em vários lugares, manifestações confeccionadas por fluxos e estoques culturais locais e regionais. Mesmo no âmbito da cultura global, surgem espaços destinados aos produtos “típicos”. A reterritorialização contemporânea, com a emergência cultural de cidades e regiões, tem sido a contrapartida da globalização cultural. Assim, o panorama atual aponta para um desigual e combinado processo de glocalização. Esta cultura-mosaico, como diria Abraham Moles <sup>7</sup>, se alimenta através de sua enorme capacidade antropofágica, no dizer de Oswald Andrade, de mesclar e digerir fragmentos oriundos das mais distintas origens culturais, procedendo à montagem de culturas híbridas, na expressão de Nestor Canclini <sup>8</sup>. A tensão entre tendências homogeneizantes e diversificadoras é uma característica persistente da dinâmica cultural atual, com seus antagonismos, suas conexões e suas forças discrepantes.

Nos interstícios entre as culturas globais e locais, com a conformação dos novos blocos supranacionais, floresce a possibilidade de espaços culturais macro-regionais, como um novo componente da presente constelação cultural. A tematização e a configuração destes espaços culturais retém, por conseguinte, grande atualidade. Nestes termos pode-se reivindicar e lutar, por exemplo, pela constituição de um espaço cultural ibero-americano ou mais especificamente latino-americano, como propõem, entre outros, o livro já citado do Convênio Andrés Bello e um autor como Nestor Garcia Canclini <sup>9</sup>.

O aprimoramento dos meios de transporte, unido ao incremento das mídias, em especial aquelas que funcionam em rede, contribuiu para a intensificação, no mundo contemporâneo,

---

<sup>7</sup> MOLES, Abraham. *Sociodinâmica da cultura*. São Paulo, Perspectiva / Edusp, 1974, p. 19.

<sup>8</sup> CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*. São Paulo, Edusp, 1998.

<sup>9</sup> CANCLINI, Nestor Garcia. *Latinoamericanos buscando lugar en este siglo*. Buenos Aires, Paidós, 2002. Neste livro Canclini fala em “economía y cultura: el espacio común latinoamericano”.

da circulação de pessoas, objetos, idéias, sensibilidades e valores, alterando profundamente os modos e estilos de vida e suas dimensões culturais. A “revolução dos transportes” de locomoção (trens, navios a vapor, carros, elevadores, aviões etc) permitiu a expansão do território urbano, o crescimento das cidades e a emergência das metrópoles. A “revolução das comunicações” possibilitou o nascimento das cidades-mundiais. As culturas urbanas se afirmaram por contraste às culturas rurais. A mudança de valores sociais, dado essencial da cultura, tornou-se pronunciado componente da cultura contemporânea. Novos mundos, estilos de vida, valores: nova cultura.

Tais “revoluções” potencializaram também a relação entre diversos estilos de vida e valores sociais, espalhados pelo globo. Apesar de tal processo ser hierarquicamente bastante desigual, dada a dominância da lógica capitalista, é interessante perceber que vão sendo tecidas curiosas conexões e trocas, aproximando e, por vezes tensionando, atores e procedimentos que historicamente estiveram apartadas por um longo tempo. Hoje a ampliação das migrações e da circulação de bens materiais e simbólicos conforma um novo ambiente para a cultura, repleto de potencialidades e perigos.

A transformação da dinâmica do sistema capitalista e as mutações do modo de acumulação do capital, que perpassam inúmeros dos dispositivos antes elencados, também são responsáveis pelo agendamento da cultura na cena internacional. Elas deslocam a ênfase do paradigma do industrialismo, a força-motora do capitalismo clássico, com a ascensão do fenômeno que Manuel Castells chamou de “capitalismo informacional”: sistema de produção amparado na geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos<sup>10</sup>. Tal alteração cria um terreno fértil para o desenvolvimento da economia de bens simbólicos.

Assim, a cena contemporânea comporta um complexo conjunto de dinâmicas e de camadas de sentido que se sobrepõem, mesclam, conflitam, negociam e conformam culturas híbridas. Não por acaso, a discussão sobre a diversidade cultural tornou-se vital hoje, demandando inclusive uma conferência da UNESCO, realizada em outubro de 2005, a qual discutiu e aprovou uma convenção internacional sobre diversidade cultural<sup>11</sup>, essencial para a vida cultural em todo o

---

<sup>10</sup> CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.35.

<sup>11</sup> Ver em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001429/142919s.pdf>

mundo e para a preservação e desenvolvimento de sua maior riqueza: a diversidade cultural, tão fundamental quanto a biodiversidade para o futuro do planeta e da humanidade.

Certamente outros dispositivos poderiam ser acionados para uma compreensão fina das configurações da cultura no mundo contemporâneo. A escolha destes eixos decorre do registro destacado ocupado por eles no desenho da cultura e de seu campo. Para concluir este panorama, podemos reafirmar que tais dispositivos propiciam que a cultura ocupe um lugar societário: central, singular e expansivo na atualidade. Tal centralidade nos obriga a pensá-la como dimensão transversal, porque perpassando toda a complexa rede que compõe a sociedade atual. A transversalidade da cultura, entretanto, não implica em seu desaparecimento enquanto campo social. Na contemporaneidade, a cultura comparece como um campo social singular e, de modo simultâneo, perpassa transversalmente todas as outras esferas societárias, como figura quase onipresente.

### **ABRANGÊNCIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS**

Traçado este rápido e amplo cenário, agora cabe refletir sobre a inscrição das políticas culturais neste ambiente contemporâneo. Para realizar tal tarefa aparece como imprescindível o esforço epistemológico de buscar circunscrever o espaço de pertença e abrangência daquilo que pode e deve ser designado como políticas culturais, esboçando uma espécie de modelo analítico. Acredita-se que tal caminho pode dar consistência a uma definição de políticas culturais, sem dúvida, uma demanda conceitual chave a ser enfrentada para a conformação do campo de estudos das políticas culturais. Pode-se tomar como ponto de partida a noção de políticas culturais, formulada por Nestor Garcia Canclini, nos seguintes termos:

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civis y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el



ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad<sup>12</sup>.

O modelo a ser desenvolvido deve contemplar algo mais, além desta definição operativa. Como foi referido acima, ele pretende a delimitação epistemológica de um horizonte de pertença e abrangência das políticas culturais. O delineamento do espectro de tópicos e questões possibilita observar as políticas culturais em toda a sua envergadura e permite a construção de um padrão analítico para a comparação de seus variados formatos, historicamente desenvolvidos. No estudo, acionando o modelo proposto, devem ser contempladas as seguintes dimensões analíticas como inerentes às políticas culturais:

I. Definição e determinação da noção de política acionada, como momento sempre presente em toda e qualquer política cultural. Desnecessário assinalar que diferentes modalidades de políticas podem estar incorporadas às políticas culturais. Elucidar este aspecto é crucial para uma compreensão precisa do tema.

II. Definição de cultura intrínseca a qualquer política cultural empreendida, a qual tem profunda incidência sobre a amplitude desta política. Fundamental constatar que toda política cultural traz embutida, de modo explícito ou não, uma concepção a ser privilegiada de cultura. Esclarecer o conceito de cultura imanente à política cultural é um procedimento analítico vigoroso para o estudo aprimorado deste campo. A amplitude do conceito de cultura utilizado não apenas delinea a extensão do objeto das políticas culturais, mas comporta questões a serem enfrentadas por tais políticas, como as conexões pretendidas e realizadas entre modalidades de cultura, sejam elas: erudita, popular e midiática ou local, regional, nacional, macro-regional e global. Em um estágio societário em que tais conexões entre modalidades de cultura tornam-se recorrente, a concepção de cultura inscrita nas políticas culturais adquire um lugar analítico relevante.

III. Toda política cultural é composta por um conjunto de formulações e ações desenvolvidas ou a serem implementadas. Investigar as formulações, condensadas em planos, programas,

---

<sup>12</sup> CANCLINI, Nestor Garcia. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (org.) *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires, Clacso, 2001, p.65.

projetos etc; as ações, pensadas e realizadas, e, inclusive, as conexões e contradições entre elas é vital para o conhecimento das políticas culturais.

IV. Objetivos e metas são componentes fundamentais das políticas culturais. Através do estudo deles podem ser explicitadas as concepções de mundo, que orientam as políticas culturais e as repercussões pretendidas da intervenção político-cultural na sociedade. Objetivos e metas estão sempre imbricadas às políticas, de modo transparente ou não.

V. A delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais é outra faceta essencial para o estudo das políticas culturais. Hoje, ao lado do tradicional e, por vezes, todo poderoso ator das políticas culturais, o Estado-nação, tem-se um conjunto complexo de atores estatais e particulares possíveis. A recente discussão sobre as políticas públicas, tomadas como não idênticas ou redutíveis às políticas estatais, tem enfatizado que, na atualidade, elas não podem ser pensados apenas por sua remissão ao Estado <sup>13</sup>. Isto não implica em desconsiderar o papel ocupado pelo Estado na formulação e implementação de tais políticas. Antes significa que, hoje, ele não é único ator e que as políticas públicas de cultura são o resultado da complexa interação entre agências estatais e não-estatais. Mais que isto, o próprio Estado não pode mais ser concebido como um ator monolítico, mas como um denso sistema de múltiplos atores. A existência de governos nacionais, supranacionais (sistema das Nações Unidas, organismos multilaterais, comunidades e uniões de países etc) e infranacionais (provinciais, intermunicipais, municipais etc) é uma das faces deste processo de complexificação da intervenção estatal.

Nesse cenário, simultaneamente palpitante e arriscado, uma pluralidade de agentes passam a se inserir na configuração da esfera da cultura, que por sua vez ganha dimensões dilatadas. Ao lado de atores clássicos como os Estados nacionais, como foi dito emergem novos agentes para-estatais que empreendem ações e projetos sistemáticos voltados para o campo da cultura. Dentre eles, os organismos supranacionais, os estados subnacionais (as províncias e os municípios), tendo no protagonismo de algumas cidades a exemplaridade desse processo de descentralização.

---

<sup>13</sup> Por exemplo, ver: SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. In: *Civitas. Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, 5(1): 29-58, janeiro – junho de 2005 e SANTOS, Hermílio. Perspectivas contemporâneas para a constituição de redes de políticas públicas. In: *Civitas. Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, 5(1): 59-68, janeiro – junho de 2005

Cabe ressaltar ainda as significativas performances de atores não-estatais, tais como: o mercado e a sociedade civil, através inclusive das entidades associativas, das organizações não-governamentais e, possivelmente, das redes culturais. A presença crescente do mercado, através dos gigantescos conglomerados de produção e circulação culturais e da atuação de empresas, de qualquer área, via dispositivos de marketing cultural, tem profunda incidência na dinâmica cultural contemporânea e, por conseguinte, sobre as políticas culturais. A proliferação de organizações não-governamentais, instituições e entidades da sociedade civil com atuação no setor cultural igualmente têm performance pronunciada sobre a cultura e as políticas culturais na contemporaneidade.

O tema das políticas públicas de cultura, de imediato, aparece como intimamente associado ao debate acerca dos atores das políticas culturais. Não só dos atores, mas também dos procedimentos envolvidos na confecção de tais políticas públicas. Na perspectiva das políticas públicas, a governança da sociedade, na atualidade, transcende o estatal, impondo a negociação como procedimento usual entre os diferentes atores sociais. Somente políticas submetidas ao debate e crivo públicos podem ser consideradas substantivamente políticas públicas de cultura. Tal negociação, entretanto, é sempre bom lembrar, acontece entre atores que detêm poderes desiguais e encontram-se instalados de modo diferenciado no campo de forças que é a sociedade capitalista contemporânea <sup>14</sup>. Assim, políticas públicas de cultura podem ser desenvolvidas por uma pluralidade de atores político-sociais, não somente o Estado, desde que tais políticas sejam submetidas obrigatoriamente a algum controle social, através de debates e crivos públicos.

VI. A elucidação dos públicos pretendidos é outro componente significativo a ser analisado nas políticas culturais. Cabe determinar quais os públicos visados e quais as modalidades de fruição e de consumo previstas e inscritas nas políticas culturais. Tais públicos podem ser “recortados” por diferenciados critérios sociais, como por exemplo: classe, renda, escolaridade, idade, gênero etc. Dados significativos para o entendimento acerca das políticas culturais certamente estão embutidos na escolha dos públicos e de seus critérios de formatação.

---

<sup>14</sup> Sobre políticas públicas ver também: PARADA, Eugenio Lahera. *Introducción a las políticas públicas*. Santiago, Fondo de Cultura Económica, 2002.

VII. A atenção com os instrumentos, meios e recursos acionados, sejam eles: humanos, legais, materiais (instalações, equipamentos etc.), financeiros etc. deve ser sempre um dos momentos interpretativos privilegiados no estudo das políticas culturais. Toda política cultural, para ser concretizada, implica obrigatoriamente no acionamento de recursos financeiros, humanos, materiais e legais. Por conseguinte, é imprescindível às análises de políticas culturais, o conhecimento aprofundado de dispositivos, tais como: 1. Orçamentos e formas de financiamento da cultura previstos e realizados; 2. Pessoal disponível e envolvido na formulação, na gestão e na produção da cultura, em suas dimensões quantitativa e qualitativa, bem como as modalidades de capacitação de pessoal em funcionamento ou previstas; 3. Os espaços, geográficos e eletrônicos, e os equipamentos existentes que estão sendo ou podem ser acionados, sua localização, seu funcionamento, suas condições etc. e 4. Os meios legais e as legislações disponíveis e a serem criados para organizar e estimular a cultura.

VIII. Os momentos acionados do sistema cultural aparecem como outros elementos fundantes para caracterizar as políticas culturais. Um sistema cultural necessita um complexo conjunto de momentos que se complementam e dinamizam a vida cultural. Para uma configuração didática deste sistema, podem ser anotados os seguintes momentos, todos eles imprescindíveis ao movimento cultural: 1. Criação, invenção e inovação; 2. Difusão, divulgação e transmissão; 3. Circulação, intercâmbios, trocas, cooperação; 4. Análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; 5. Fruição, consumo e públicos; 6. Conservação e preservação; 7. Organização, legislação, gestão, produção da cultura. A depender dos momentos priorizados e das maneiras de articulação entre eles, as políticas culturais ganham marcas muito diferenciadas. A busca de tais diferenciais não pode olvidar, entretanto, que todos estes momentos são imanentes ao sistema cultural e que sem a presença e o estímulo a eles, a vida cultural fica prejudicada. Mas o privilegiamento de alguns destes momentos e a escolha de modos de conexões entre eles certamente dão marcas pronunciadas às políticas culturais. Por conseguinte, o estudo destes momentos acionados torna-se vital para compreender e explicitar configurações de políticas culturais.

O desenho da cartografia de abrangência das políticas culturais remete, de imediato, ao funcionamento das atividades essenciais que fazem da cultura um sistema articulado. Sem

considerar a presença de cada um destes momentos – e da qualidade e articulação deles – não se pode, a rigor, falar em um efetivo sistema cultural, pois a vigência do sistema implica na presença essencial de cada um destes momentos e movimentos.

Por certo, em um sistema não complexo estes momentos e movimentos encontram-se associados e mesmo conjugados em uma mesma instituição ou ator social. Entretanto, a complexidade própria do mundo contemporâneo implica na crescente dissociação destes momentos e movimentos, configurando zonas de competência, instituições e atores com papéis especializados.

Os criadores, inventores e inovadores, representados por artistas, cientistas e intelectuais, vinculados aos universos culturais acadêmicos ou populares, muitas vezes são tomados como os pontos centrais do sistema cultural, dada a sua relevância como inauguradores de ideários, práticas e produtos culturais. Ou seja, por sua admirável capacidade e mesmo genialidade em renovar a cultura, suas tradições, manifestações, formulações e modalidades de expressão. As intervenções voltadas à criação e aos criadores de cultura são momentos vitais das políticas culturais.

Mas, apesar deste papel primordial para o itinerário da cultura, não existe sistema sem que outros momentos, instituições e atores estejam contemplados e acionados. Os professores e comunicadores, inscritos em diferentes ambientações e instituições sociais, são os principais tradutores dos momentos de divulgação, transmissão e difusão da cultura, ainda que outros atores e instituições possam realizar tais movimentos de modo secundário. Tais processos são vitais para a democratização da cultura. A questão da transmissão e da difusão da cultura aparece, desta maneira, como tema essencial a ser enfrentado em políticas culturais e em seu estudo.

Também os momentos de preservação e conservação, atribuídos em especial aos museus de todos os gêneros, são essenciais para manter a herança cultural e democratizar o patrimônio acumulado, seja ele material ou imaterial. Cuidar do patrimônio – tangível e intangível – é fundamental para o desenvolvimento e a identidade dos agrupamentos humanos. Não por acaso, o tema do patrimônio sempre teve um peso relevante nas políticas culturais em quase

todos os países no âmbito internacional, na Ibero-América e no Brasil. O exemplo do papel historicamente desempenhado pelo SPHAN - IPHAN na conformação das políticas culturais no país é esclarecedor.

Para além de ser preservada e conservada, uma cultura precisa, sob pena de estagnação, interagir com outras culturas, através de dispositivos de circulação, troca, intercâmbio e cooperação. Sem este permanente processo de “negociação” cultural, deliberadamente instituído e estimulado, a cultura tende a perder seu dinamismo vital. Por óbvio, existem diferenciados tipos de trocas, as quais afetam de maneira diversa as culturas. Em pólos opostos, as trocas podem ser equânimes ou profundamente desiguais. Apesar disto, elas são quase sempre essenciais para o desenvolvimento da cultura. Também aqui se instala um registro significativo para a realização e investigação sobre políticas culturais.

Um sistema cultural não pode ter vigência também sem que elementos culturais (criados, difundidos, preservados e intercambiados) sejam submetidos a um crivo de discussão e avaliação públicas. Aos analistas, críticos, estudiosos, investigadores e pesquisadores é destinada esta função. A reflexão anima a vida, legitima e questiona idéias e práticas, possibilita trocas culturais. Enfim, é parte igualmente indispensável à dinâmica viva da cultura. A liberdade e a efetivação da avaliação e da discussão estão intimamente associadas à qualidade do campo cultural. Igualmente neste espaço as políticas culturais podem e devem incidir.

A esfera da fruição e consumo é também essencial para a completude deste circuito. Ela tem como singularidade a circunstância de não ser profissionalizada. Muitas vezes, ela é a única com estas características em todo o ciclo sócio-dinâmico da cultura. A não profissionalização, entretanto, não afeta o status da fruição e do consumo. Pelo contrário, ela indica a amplitude e mesmo a universalidade do ato de recepção da cultura, a importância central dos públicos culturais. Todos os cidadãos são potencialmente públicos da cultura, quando ela não está subordinada a uma lógica mercantil. Na sociedade capitalista existe um consumo somente possibilitado em troca de dinheiro. Sem fruição e consumo, em seu sentido mais amplo, a cultura não se realiza: ela fica paralisada e incompleta. Uma política cultural rigorosamente instituída não pode deixar de interferir, propondo formulações e ações sobre o tema da

fruição, do consumo e dos públicos culturais. Aliás, a reflexão e as informações nesta área são mesmo vitais para a definição mais consistente das políticas culturais a serem implementadas.

Nesta perspectiva, todos os indivíduos estão imersos em ambientes culturais ainda que em modalidades muito desiguais de acesso pleno aos seus estoques e fluxos. Mesmo a fruição e o consumo, talvez a esfera mais larga de participação, pode ser obstruído por requisitos econômicos, sociais e educacionais que limitam tal acesso. Mas de diferentes maneiras e graus todos vivem um ambiente cultural, em menor ou maior intensidade. As políticas culturais não podem desconhecer esse pressuposto.

Por fim, para abranger todo sistema cultural resta um outro momento. Certamente um movimento de mais difícil percepção. Talvez por isto uma das regiões mais recentemente traduzidas em instituições e profissões dentro do campo cultural. Esta região pode ser nomeada como organização da cultura. Claro que de algum modo, todas os momentos anteriores implicam em aspectos organizativos, mas neste caso precípua o que ocupa o centro do jogo é a organização mesma do campo cultural: seja em um patamar macro, seja em um horizonte micro. É possível sugerir uma distinção – nem sempre realizada – na esfera da organização da cultura. Podem ser imaginados três horizontes diferentes desta esfera: a dos formuladores e dirigentes, afeitos ao patamar mais sistemático e macro-social das políticas culturais; a dos gestores, instalados em instituições ou projetos culturais mais permanentes, processuais e amplos e a dos produtores, mais adstritos a projetos de caráter mais eventual e micro-social. Neste texto interessa analisar as políticas culturais, enquanto patamar específico do registro de organização da cultura, sem desconhecer que elas se realizam sempre acionando todas as três dimensões envolvidas com o momento organizativo da cultura.

IX. Tomando em consideração o caráter transversal da cultura na contemporaneidade, uma das facetas constitutivas das políticas culturais hoje atende pelo nome de interfaces, pretendidas e acionadas. Como a cultura perpassa diferentes esferas sociais, torna-se substantivo analisar suas interfaces, em especial com áreas afins, tais como educação, comunicação etc.

X. Por fim, obviamente todos estes itens analíticos elencados como iminentes às políticas culturais e ao seu estudo não se apresentam como coisas isoladas e estanques, mas sua combinação complexa e variada constitui-se elemento decisivo para a caracterização do tipo de política cultural formulado e implementado. Assim, as articulações realizadas entre estes variados componentes; a compatibilidade e coerência presentes dão consistência ao grau de sistematicidade existente nas políticas culturais.

### OBSERVAÇÕES FINAIS

Por óbvio, o esquema de análise proposto deve ser submetido a um aprimoramento e refinamento, seja através de discussões teórico-conceituais, seja pela via do recurso a experimentos de análise empírica. Mas, mesmo que provisoriamente, pretende-se que este modelo teórico-analítico possibilite um maior rigor nos estudos da cultura e, mais especificamente, das políticas culturais, pois o aprimoramento dos estudos, das formulações e práticas de políticas culturais, sem dúvida, contribui para o desenvolvimento social e cultural do país, pois o autor e o texto compartilham da visão do Ministro da Cultura Gilberto Gil, que perspicazmente assinalou em seu discurso de posse que “...formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura”<sup>15</sup>. Assim, uma das metas pretendidas pelas políticas públicas de cultura será sempre o desenvolvimento da cultura e, simultaneamente, a conformação de uma nova cultura política, que contemple e assegure a cidadania cultural.

A idéia de cidadania cultural, por sua vez, busca articular política e cultura de modo satisfatório e não traumático, pois tristes enlacs históricos de politização excessiva ou despolitização completa da cultura não podem ser, em nenhuma hipótese, olvidados e repetidos. Articular política e cultura deve supor o reconhecimento de suas diversidades; de suas singulares dinâmicas; de suas inúmeras interfaces, além da complexidade de tal projeto. Se “fazer política é expandir sempre as fronteiras do possível” e se “fazer cultura é combater sempre nas fronteiras do impossível”, como sugere poeticamente o cineasta Jorge Furtado, cabe lutar por uma política cultural que ao expandir as fronteiras do possível, possibilite a imaginação nas fronteiras do impossível.

---

<sup>15</sup> GIL, Gilberto. Discurso do Ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo. In: GIL, Gilberto. *Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil - 2003*. Brasília, MINC, 2003, p.11.



\* Professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Docente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação de Cultura e Sociedade da UFBA (Pós-Cultura). Coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da UFBA (CULT). Coordenador da Cátedra Andrés Bello – UFBA. Pesquisador do CNPq.